

# **FASUL EDUCACIONAL** **(Fasul Educacional EaD)**

---

## **PÓS-GRADUAÇÃO**

### **GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

---

## GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA

<b>DISCIPLINA</b>
ANÁLISE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NO SETOR PÚBLICO
<b>RESUMO</b>
<p>A grande responsabilidade do governo é proporcionar bem-estar à coletividade, e para que isso possa ocorrer é necessário que seja feito um planejamento dos programas a serem desenvolvidos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000), em seu artigo 1º, informa que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, salientando a importância dos instrumentos orçamentários na área pública (Brasil, 2000). Esses instrumentos são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estão previstos na Constituição Federal (CF) de 1988, no seu artigo nº 165: “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais” (Brasil, 1988). Algo importante nesse trecho da CF é que os instrumentos orçamentários são iniciados pelo poder executivo, e não legislativo, apesar de serem leis ordinárias, e sempre aprendemos que leis são elaboradas pelo Poder Legislativo.</p>
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<p><b>AULA 1</b> INTRODUÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS CONTROLE INTERNO E EXTERNO GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GESTÃO PÚBLICA ESTRUTURA DA NOVA GESTÃO PÚBLICA (NGP)</p> <p><b>AULA 2</b> INTRODUÇÃO INFORMAÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL E PARA LEVANTAMENTO DE BALANÇOS BALANÇO ORÇAMENTÁRIO NO SETOR PÚBLICO (BO) BALANÇO FINANCEIRO NO SETOR PÚBLICO (BF) BALANÇO PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO (BP)</p> <p><b>AULA 3</b> INTRODUÇÃO DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL) NOTAS EXPLICATIVAS (NE) CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO</p> <p><b>AULA 4</b> INTRODUÇÃO ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA ANÁLISE DE CAIXA NO SETOR PÚBLICO ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA ANÁLISE FINANCEIRA E DO PATRIMÔNIO NO SETOR PÚBLICO</p>

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

RECEITA E SUA FUNÇÃO NO EQUILÍBRIO FISCAL

COMPETÊNCIA E PANORAMA DAS RECEITAS NO BRASIL

COMPONENTES DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO

INDICADORES DE ANÁLISE DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

GASTOS PÚBLICOS E EFICIÊNCIA DOS GASTOS

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

NECESSIDADES DA COMUNIDADE

RESULTADO ECONÔMICO NO SETOR PÚBLICO

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 7. ed. Brasília/ DF, 2017. Disponível em: [http://portaria3992.saude.gov.br/images/legislacao/MCASP\\_7\\_edicao\\_Versao\\_Republicacao\\_2017\\_06\\_02.pdf](http://portaria3992.saude.gov.br/images/legislacao/MCASP_7_edicao_Versao_Republicacao_2017_06_02.pdf). Acesso em: 20 ago. 2021. DENHARDT, R. B. Teorias da administração pública. São Paulo: CengageLearning, 2011.
- BRASIL. Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm). Acesso em: 20 ago. 2021.
- BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LCP&numero=101&ano=2000&ato=fe3UzYU1EMNpWTcee>. Acesso em: 20 ago. 2021.

**DISCIPLINA**

VIGILÂNCIA EM SAÚDE PÚBLICA

**RESUMO**

O conceito de vigilância como um instrumento de saúde pública surgiu no final do século XIX, com o desenvolvimento da microbiologia e como conhecimento sobre a transmissão de doenças infecciosas (Arreaza; Moraes, 2010) e está historicamente relacionado aos conceitos de saúde e doença vigentes em cada época e lugar, às práticas de atenção aos doentes e aos mecanismos adotados para impedir a disseminação de enfermidades.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL

O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA

RISCO

POLÍTICA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES

NOTIFICAÇÃO  
DEFINIÇÕES RELEVANTES  
IMUNIZAÇÕES

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
CONCEITOS BÁSICOS  
ANVISA  
AÇÕES E ÁREAS DE ATUAÇÃO DA ANVISA  
COMPETÊNCIAS

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
OBJETIVOS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL  
VIGILÂNCIA AMBIENTAL NO BRASIL  
SANEAMENTO BÁSICO  
DOENÇAS RELACIONADAS

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
A SAÚDE DO TRABALHADOR  
ACIDENTES DE TRABALHO  
PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO  
RISCOS QUÍMICOS

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
DOENÇAS DE BAIXA INCIDÊNCIA E ALTA IMPORTÂNCIA  
SARAMPO  
DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS  
DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 21 out. 2019.
- Lei n. 1.261, de 31 de outubro de 1904. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 5.158, 2 nov. 1904. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1261-31-outubro-1904-584180-publicacaooriginal-106938-pl.html>. Acesso em: 21 out. 2019.
- Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, p. 18.055, 20 set. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 21 out. 2019.

**DISCIPLINA:**

FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

**RESUMO**

Este material busca discutir de que forma o Estado, dentro de suas funções e nas diferentes concepções acerca de seu papel no mundo contemporâneo, pode promover

uma gestão pública de excelência, visando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Também vamos estudar como tais políticas podem ser adotadas enquanto políticas de governança.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

INTRODUÇÃO

FORMAÇÃO DO ESTADO E DO GOVERNO

A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E GOVERNO

ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### **AULA 2**

INTRODUÇÃO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMPARADA

GESTÃO PARTICIPATIVA NO BRASIL

PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA

FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### **AULA 3**

INTRODUÇÃO

GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA

INTRODUÇÃO ÀS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

#### **AULA 4**

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO

LEI ORÇAMENTÁRIA E SEUS CONCEITOS

CONTEXTOS, DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO

FUNDAMENTOS LEGAIS E FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

PARTICIPATIVO

#### **AULA 5**

INTRODUÇÃO

O DIREITO À CIDADE E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES

GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CONSELHOS E CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO

DIRETRIZES DA LEGISLAÇÃO

CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA ANÁLISE DO SERVIÇO PÚBLICO

PLEBISCITO, REFERENDO E INICIATIVA POPULAR

CONCLUSÕES

### BIBLIOGRAFIAS

- MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2009.

- SANTOS, C. S dos. Gestão pública participativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- COSTA, L. de F. L. G.; CAMELO, G. L. P. Gestão pública participativa: aspectos de governabilidade e interação político-social. Holos, ano 26, v. 2, 2010. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/327>. Acesso em: 19 nov. 2018.

## DISCIPLINA

IMPLANTAÇÃO DE MODELOS DE COMPLIANCE EM ORGANIZAÇÕES HOSPITALARES

## RESUMO

A temática do compliance vem sendo bastante discutida, tanto no âmbito corporativo quanto na seara acadêmica. Se antes apenas grandes empresas com ações negociadas em bolsas de valores e instituições financeiras se preocupavam com o compliance, hoje milhares de organizações, de diferentes setores, independentemente do porte e mesmo sem finalidade lucrativa, também estão implantando modelos de compliance em seus ambientes institucionais. Veremos então que a discussão em torno do compliance é recente no Brasil e veio à tona quando graves escândalos de corrupção envolvendo a administração pública começaram a ser revelados.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### AULA 1

#### INTRODUÇÃO

TEORIAS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

OS QUATROS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL

MECANISMOS DE CONTROLE

### AULA 2

#### INTRODUÇÃO

PROGRAMA DE COMPLIANCE/INTEGRAÇÃO

COMPLIANCE NA ÁREA DA SAÚDE

RESPONSABILIDADES NA LEI ANTICORRUPÇÃO Nº 12.846 DE 2013

ACORDO DE LENIÊNCIA

### AULA 3

#### INTRODUÇÃO

ISO 19600 DE 2014 E ISO 37001 DE 2016

ISO 45001 DE 2018 (SSISTEMAS DE GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL)

COMPLIANCE NA SAÚDE OCUPACIONAL

CONFORMIDADE E INTEGRIDADE NA ÁREA DA SAÚDE

### AULA 4

#### INTRODUÇÃO

GESTÃO DE RISCOS NAS ORGANIZAÇÕES HOSPITALARES

MODELO COSO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS

PRINCIPAIS RISCOS E CONTROLES CORPORATIVOS

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

### AULA 5

**INTRODUÇÃO**

O DIREITO CONSTITUCIONAL À INTIMIDADE E À PRIVACIDADE  
A LGPD BRASILEIRA: CONCEITOS, APLICAÇÃO, PRINCÍPIOS; AGENTES E HIPÓTESES  
OS DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS E A SISTEMÁTICA DE RESPONSABILIDADES E  
AS APLICAÇÕES DA LGPD AO SETOR DE SAÚDE

**AULA 6**

**INTRODUÇÃO**

COMPLIANCE E ERRO MÉDICO – RESPONSABILIDADE CIVIL  
COMPLIANCE CRIMINAL NA ÁREA DA SAÚDE – RESPONSABILIDADE PENAL  
COMPLIANCE REGULATÓRIO  
COMPLIANCE CONTRATUAL/TRABALHISTA

**BIBLIOGRAFIAS**

- MACHADO, M. R. R.; GARTNER, I. R. Triângulo de fraudes de Cressey (1953) e teoria da agência: estudo aplicado a instituições bancárias brasileiras. Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, v. 14, n. 32, 2017.
- NEVES, E. C. Compliance empresarial: o tom da liderança. 1. ed. São Paulo: Jurídicos Trevisan, 2018.
- INSTITUTO ÉTICA SAÚDE. Quem somos. Disponível em: <https://eticasaude.org.br/QuemSomos>. Acesso em: 21 jan. 2019.

**DISCIPLINA:**

GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO EM RH

**RESUMO**

Nesta disciplina vamos abordar os seguintes temas: Introdução à gestão de pessoas, visão geral da gestão de pessoas. Papel da área de recursos humanos. Processo evolutivo da gestão de pessoas. Gestão de Pessoas no Brasil. Tendências e perspectivas para a gestão de pessoas. Planejamento estratégico de RH. Gestão de talentos. Processos de movimentação de pessoas, recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento de pessoas, avaliação de desempenho e valorização de pessoas. Gestão por competências. Processos de orientação e acompanhamento de pessoas. Educação corporativa. Desenvolvimento organizacional. Segurança e saúde no trabalho. Qualidade vida no trabalho. Motivação e retenção de talentos. Gestão por competências. Mapeamento e implantação de competências. Ética na gestão de pessoas. Indicadores de recursos humanos, consultoria em recursos humanos, tendências e desafios em recursos humanos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

CONVERSA INICIAL  
CONTEXTUALIZAÇÃO  
INTRODUÇÃO A GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS  
EVOLUÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PAPEL DO RH  
GESTÃO DE RH NO BRASIL  
TENDÊNCIAS DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS  
FINALIZANDO

**AULA 2**

CONVERSA INICIAL  
CONTEXTUALIZAÇÃO  
PLANEJAMENTO DE RECURSOS HUMANOS  
GESTÃO DE TALENTOS  
RECRUTAMENTO DE PESSOAS  
SELEÇÃO DE PESSOAS  
TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS  
FINALIZANDO

**AULA 3**

CONVERSA INICIAL  
CONTEXTUALIZAÇÃO  
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO  
MÉTODOS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO  
TIPOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO  
EDUCAÇÃO CORPORATIVA  
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL  
FINALIZANDO

**AULA 4**

CONVERSA INICIAL  
CONTEXTUALIZAÇÃO  
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO  
SAÚDE NO TRABALHO  
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO  
MOTIVAÇÃO NO TRABALHO  
PROCESSOS PSICOSSOCIAIS NO TRABALHO  
FINALIZANDO

**AULA 5**

ÉTICA NA GESTÃO DE PESSOAS  
CONVERSA INICIAL  
CONTEXTUALIZAÇÃO  
NOÇÃO DE COMPETÊNCIAS  
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS  
GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS  
MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS  
FINALIZANDO

**AULA 6**

CONVERSA INICIAL  
CONTEXTUALIZAÇÃO  
INDICADORES DE RH  
CONSULTORIA E AUDITORIA EM RECURSOS HUMANOS  
FERRAMENTAS DE RH PARA GERENCIAR A ÉTICA  
INDICADORES DE RH E BENCHMARKING  
SISTEMAS DE TRABALHO DE ALTO DESEMPENHO  
FINALIZANDO



**BIBLIOGRAFIAS**

- PEQUENO, Álvaro. Administração de Recursos Humanos. 1a ed. São Paulo: São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- MUNDO CORPORATIVO No. 44 abril-junho 2014. pgs. 30-32 <http://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Docu>
- DESSLER, Gary. Administração de Recursos Humanos. 3a ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

**DISCIPLINA:**

**AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCO EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE**

**RESUMO**

Antes de conceituar o que é risco, necessitamos de uma reflexão: afinal de contas, o risco é algo negativo? A resposta é não: um risco pode tanto ter consequências negativas quanto positivas. Por exemplo, ao comprar um bilhete de loteria, você pode ter dois tipos de risco: ganhar ou não ganhar o prêmio, ou até ganhar parte do prêmio apostado. Portanto, você arriscou uma aposta. Da mesma maneira, investir uma certa quantia de dinheiro em ações podem resultar em lucro ou perda – ou seja, investir no mercado financeiro, mesmo para pessoas experientes, é uma operação de risco. Agora que você compreendeu que a consequência de um risco pode ser tanto positiva como negativa, podemos conceituá-lo de uma maneira geral.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

CONVERSA INICIAL  
O CONCEITO DE RISCO  
ELEMENTOS DO RISCO  
RISCO CLÍNICO E RISCO NÃO CLÍNICO  
CONCEITO DE GESTÃO DE RISCOS  
ELEMENTOS DA GESTÃO DE RISCOS  
FINALIZANDO

**AULA 2**

CONVERSA INICIAL  
A LEGISLAÇÃO DE SAÚDE  
O PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE  
NORMAS TÉCNICAS  
NORMAS REGULAMENTADORAS  
LEGISLAÇÃO E NORMAS APLICADAS A RISCOS ESPECÍFICOS  
FINALIZANDO

**AULA 3**

CONVERSA INICIAL  
GESTÃO DE RISCO ALINHADA À MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DAS ORGANIZAÇÕES  
GRUPOS DE APOIO À GESTÃO DE RISCOS EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE  
INDICADORES DE SAÚDE  
ELABORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS  
ELABORAÇÃO DE FLUXOGRAMA  
FINALIZANDO

**AULA 4**

CONVERSA INICIAL

O PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS SEGUNDO A ISO 31000

PROCESSO DE MELHORIA CONTÍNUA – CICLO PDCA/PDSA

ANÁLISE DOS AMBIENTES INTERNO E EXTERNO

ANÁLISE SWOT/FOFA

MATRIZ DE RISCO

FINALIZANDO

**AULA 5**

CONVERSA INICIAL

ESPECIFICAÇÃO DAS ETAPAS DE GESTÃO DE RISCOS SEGUNDO A ISO 31010

O BRAINSTORMING NA IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS

ANÁLISE DE CENÁRIOS

ANÁLISE DE CAUSA E EFEITO

ANÁLISE DE CAUSA E EFEITO: CATEGORIAS DE CAUSAS

FINALIZANDO

**AULA 6**

CONVERSA INICIAL

ANÁLISE DE CAUSA RAIZ

PROTOCOLO DE LONDRES

ANÁLISE BOWTIE

ANÁLISE FMEA/HFMEA

5W2H/4QS E 1POC

FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR ISO 31000: Gestão de riscos - diretrizes. Rio de Janeiro, 2018.
- LOURENÇO, L.; AMARO, A. (Org.). Riscos e crises: da teoria à plena manifestação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.
- CORRÊA, D. Morre 22ª vítima de incêndio no Hospital Badim, no Rio. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 02 dez. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/morre-22a-vitima-de-incendio-no-hospital-badim-no-rio> Acesso em: 20 jul. 2020.

**DISCIPLINA:**

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

**RESUMO**

Com o advento do século XXI, temos uma ruptura teórica e prática na administração pública, passando do Estado dito burocrático para o Estado gerencial. Essa nova abordagem possui também o nome de nova administração pública, como consequência do entendimento de que os modernos Estados não são meramente instrumentos que visem somente à garantia de contratos e da propriedade, mas também que formulem e implementem políticas públicas estratégicas para o cidadão e para a sociedade, tanto na esfera social quanto na tecnológica e na científica. Logicamente, o século XX foi determinado pelas fortes transformações na revolução tecnológica. A internet trouxe radicais mudanças no modo de vida, principalmente na forma como nos comunicamos, interagimos e obtemos informações. Assim sendo, o tema que ganhou notoriedade é

inovação, sinalizando que, somado ao conhecimento, desempenha um papel fundamental e relevante na economia moderna.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

INTRODUÇÃO  
A GESTÃO PÚBLICA EM FAVOR DO CLIENTE  
HABILIDADES E COMPETÊNCIAS  
ADMINISTRAR É DECIDIR!  
DESAFIOS DO SETOR PÚBLICO

#### **AULA 2**

INTRODUÇÃO  
MODELOS DE ESTADO  
MUNDO DA ADMINISTRAÇÃO: INOVAÇÃO  
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO  
MODELOS DE ESTADO

#### **AULA 3**

INTRODUÇÃO  
O INESPERADO  
INCONGRUÊNCIAS  
MUDANÇAS DE PERCEPÇÃO  
A IDEIA BRILHANTE

#### **AULA 4**

INTRODUÇÃO  
GESTÃO PÚBLICA INTELIGENTE  
A REFORMA BRASILEIRA  
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO  
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### **AULA 5**

INTRODUÇÃO  
PROJETO INOVAGOV  
APRENDIZADO COM O INOVAGOV  
INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO  
O CAMINHO PARA A INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO  
TENDÊNCIAS PARA O SETOR PÚBLICO  
A PROLIFERAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO: BASES E EFEITOS  
MAIS SOBRE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO  
INOVAÇÃO COMO UM IMPERATIVO

### BIBLIOGRAFIAS

- MELLO, S. M. M. Inovação no Setor Público - O Programa de Educação Fiscal na Secretaria de Fazenda de Minas Gerais. TecHoje, [s.d.]. Disponível em:

[http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe\\_artigo/575](http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/575). Acesso em: 7 nov. 2019.

- GESTÃO pública de excelência. O Alfinete Digital, 17 jun. 2017. Disponível em: <https://www.oalfinete.com/artigo/gestao-publica-de-excelencia>. Acesso em: 7 nov. 2019.
- TAMURA, A. A vã inovação no setor público. 2017. Disponível em: <http://www.wegov.net.br/inovacao-no-setor-publico>. Acesso em: 10 nov. 2019

**DISCIPLINA:**

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

**RESUMO**

O que é segurança da informação? O conceito de segurança em si já comporta vários significados. No idioma inglês, por exemplo, isso é diferenciado: o termo security refere-se proteção contra ameaças intencionais, enquanto que seu sinônimo reliability indica a confiabilidade, a tolerância às falhas. Já o termo safety designa a proteção ao ambiente e os seres vivos, incluindo-se aí a proteção à saúde e à vida. A segurança da informação é parte da ciência da informação que tem por objetivo proteger os dados, as informações e o conhecimentos de modo a preservar o valor destes para os processos, produtos e serviços das pessoas e organizações.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

SEGURANÇA NO CICLO DA VIDA DE INFORMAÇÃO

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SUPOSTADA POR TIC

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CONVENCIONAL

SEGURANÇA DA TIC NA OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

GESTÃO DE RISCOS

OS PROCESSOS DA GESTÃO DE RISCOS

TRATAMENTO DOS RISCOS

GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

ÁREAS DE CONTROLE

CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

CRIPTOGRAFIA SIMÉTRICA

CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA

ASSINATURA DIGITAL

INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
MONITORAMENTO DE TRÁFEGO  
REDES PRIVADAS  
MALWARE  
INVASÃO DE PRIVACIDADE

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO  
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL  
CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO  
PRINCÍPIOS ÉTICOS

**BIBLIOGRAFIAS**

- FONTES, E. Segurança da informação. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. KIM, D. Fundamentos de segurança de sistemas de informação. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- KOLBE Jr. A. Sistemas de segurança da informação na era do conhecimento. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- SILVA, A. O que é TI (Tecnologia da Informação)? Adam Silva, Santo André, 19 mar. 2015. Disponível em <http://www.adamsilva.com.br/tecnologia/o-que-eti/#ixzz4yzh7smju>. Acesso em: 12 set. 2018.

**DISCIPLINA:**

LIDERANÇA NAS ORGANIZAÇÕES

**RESUMO**

Iniciamos a disciplina abordando conceitos e história da saúde no Brasil, considerando a linha histórica desde a formação dos sistemas de saúde até os dias atuais, as legislações os programas de qualificação dos serviços.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
CONCEITOS E HISTÓRIA EM PLANEJAMENTO DE SAÚDE  
O PLANEJAMENTO EM SAÚDE - SUS  
O PLANEJAMENTO EM SAÚDE - ANVISA E ANS  
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO  
MISSÃO, VISÃO E VALORES ORGANIZACIONAIS  
FINALIZANDO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
NÍVEIS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO  
CONTEXTUALIZANDO  
ANÁLISE SWOT  
BALANCED SCORE CARD (BSC)  
PERSPECTIVAS DO BSC  
O SISTEMA GERENCIAL EM SAÚDE  
FINALIZANDO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO  
CONCEITOS E OBJETIVOS  
A EPIDEMIOLOGIA NA PRÁTICA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE  
NÍVEIS DE ATENÇÃO À SAÚDE  
A EPIDEMIOLOGIA E A ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE  
PROPÓSITOS DA EPIDEMIOLOGIA  
FINALIZANDO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
GESTÃO ESTRATÉGICA PARA O PLANEJAMENTO EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE  
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO  
ALINHANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COM OS SISTEMAS DE  
INFORMAÇÃO  
LIDERANÇA E EMPREENDEDORISMO  
FINALIZANDO  
INOVAÇÃO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA EM SAÚDE  
CONTRATAÇÃO E CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE  
O PÚBLICO E O PRIVADO NA SAÚDE  
MIX PÚBLICO E PRIVADO NO SISTEMA DE SAÚDE BRASILEIRO  
A ASSISTÊNCIA INTERDISCIPLINAR COMO ESTRATÉGIA DE SAÚDE  
FINALIZANDO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
PLANEJAMENTO EM SAÚDE POR CARLOS MATUS  
PASSOS PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES EM SAÚDE – DEFINIÇÃO DE  
TERRITÓRIO E SITUAÇÃO  
MONITORAÇÃO E AVALIAÇÃO EM SAÚDE: PROCESSO  
MONITORAÇÃO E AVALIAÇÃO EM SAÚDE: RESULTADO  
FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- VECINA NETO, G.; MALIK, A. M. Gestão em saúde. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- ANS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- ANVISA – AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

**DISCIPLINA:**  
CONTROLADORIA

**RESUMO**

Nos últimos anos, muitos estudos têm se dedicado a explorar os principais aspectos da controladoria, no entanto você deve estar se perguntando como ela surgiu. Você conhece a história da controladoria? A origem da controladoria está ligada de forma direta ao processo de evolução dos meios sociais e de produção que ocorreram com a Revolução

Industrial (desde o século XVIII). Dentre os fatores responsáveis pela origem da controladoria, cita-se: “Aumento em tamanho e complexidade das organizações; globalização física das empresas; crescimento nas relações governamentais com negócios das companhias; aumento no número de fontes de capital” (Schmidt; Santos; Martins, 2014, p. 1). O primeiro fator é talvez um dos mais impactantes no modelo de gestão das organizações: as grandes empresas passaram por diversas modificações no que tange a sua estrutura, devido às mudanças nos processos de produção estimulada pela Revolução Industrial. Com ela, a natureza dos negócios mudou, surgiram grandes empresas, e, com a construção da estrada de ferro nos Estados Unidos (século XIX), tornou-se possível o aumento da produtividade devido ao aumento da demanda de produtos (Schmidt; Santos; Martins, 2014). Assim, com o aumento físico das empresas, juntamente com a ampliação da demanda, houve a necessidade de criação de mecanismos de acompanhamento e gestão dessas novas instituições.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

INTRODUÇÃO

CONTROLADORIA

PAPEL DA CONTROLADORIA NO PROCESSO DE GESTÃO

CONTROLADORIA COMO ÓRGÃO EMPRESARIAL

RAMO DE CONHECIMENTO E O PROFISSIONAL DE CONTROLADORIA

#### **AULA 2**

INTRODUÇÃO

ESTILO DE GESTÃO

PROCESSO DE GESTÃO E MODELO DE DECISÃO

MODELO DE INFORMAÇÃO

MODELO DE MENSURAÇÃO

#### **AULA 3**

INTRODUÇÃO

CONTABILIDADE GERENCIAL

CONTABILIDADE FINANCEIRA

CONTABILIDADE, FISCO E LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E A ANÁLISE ATRAVÉS DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

#### **AULA 4**

INTRODUÇÃO

ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO OPERACIONAL

ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

VANTAGEM DO USO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

#### **AULA 5**

INTRODUÇÃO

LIMITAÇÕES DO ORÇAMENTO

PLANEJAMENTO ECONÔMICO

PLANEJAMENTO FINANCEIRO

PLANEJAMENTO DE CAPITAL



**AULA 6**

INTRODUÇÃO

BENEFÍCIOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL

SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM CONTROLADORIA

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL (SIGE)

ASPECTOS GERAIS DE BALANCED SCORECARD

**BIBLIOGRAFIAS**

- FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. Controladoria: teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H.; SILVA, C. A. S. Controladoria estratégica: textos e casos práticos com solução. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015
- SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; MARTINS, M. A. S. Manual de controladoria. São Paulo: Atlas, 2014.

**DISCIPLINA:**

GESTÃO DE PESSOAS - FOCO EM GESTÃO PÚBLICA

**RESUMO**

O curso de gestão de pessoas na área pública compreende vários aspectos, dentre eles: tendências e desafios na era digital; carreira do servidor público; gestão de pessoas no setor público e gestão de talentos; gestão de talentos como instrumento para a melhoria de desempenho; gestão de talentos como instrumento para a transformação e política governamental para gestão de pessoas. Todos eles serão abordados nesta disciplina

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

IMPACTOS: GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL

GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL

FATOR HUMANO

HABILIDADES NA GESTÃO DE PESSOAS

PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA

FINALIZANDO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

CARTA IBERO-AMERICANA DA FUNÇÃO PÚBLICA

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 1

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 2

CÓDIGO DE ÉTICA (DECRETO N. 1.171/1994), VEDAÇÃO AO NEPOTISMO (SÚMULA

VINCULANTE N. 13) E PROCESSO DISCIPLINAR (LEI N. 8.112/1990)

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

FINALIZANDO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS E TENDÊNCIAS



GESTÃO DE TALENTOS  
DO CONCURSO PÚBLICO À INTEGRAÇÃO  
RECOMPENSAR E DESENVOLVER  
MANTER E AVALIAR  
FINALIZANDO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
CONSTRUÇÃO DE UM MODELO GERENCIAL  
GESTÃO DE COMPETÊNCIA  
GESTÃO DO CONHECIMENTO  
COMPORTAMENTO E MOTIVAÇÃO  
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO  
FINALIZANDO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL  
LIDERANÇA (PARTE I)  
LIDERANÇA (PARTE II)  
COACHING  
INOVAÇÃO  
FINALIZANDO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (IPEA)  
POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS  
PLANO DE CAPACITAÇÃO

**BIBLIOGRAFIAS**

- Carta Iberoamericana de Calidad en la Gestión Pública. X Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado. San Salvador, El Salvador, 26 y 27 de junio de 2008.
- Carta Iberoamericana de la Función Pública. V Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado. Santa Cruz, Bolivia, 26 y 27 de junio de 2003.
- CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2010.

**DISCIPLINA:**

SAÚDE, TRABALHO E ADOECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES

**RESUMO**

Neste material serão abordados: evolução histórica do trabalho, conceituação, movimentos sociais, sentido e significado do trabalho, saúde coletiva, política nacional da saúde do trabalhador, assédio moral, transtornos mentais e nexos causais com o trabalho.

Aspectos clínicos da saúde do trabalhador: principais transtornos mentais: síndrome do esgotamento profissional burnout, depressão, ansiedade entre outros.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### AULA 1

INTRODUÇÃO

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO – A TRANSFORMAÇÃO DO SIGNIFICADO  
O TRABALHO NA PRÉ-HISTÓRIA  
O TRABALHO NA HISTÓRIA  
O TRABALHO NA IDADE MODERNA

#### AULA 2

INTRODUÇÃO

A ALIENAÇÃO AO TRABALHO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS X O PAPEL DO ESTADO  
MOVIMENTOS SOCIAIS E OS PRIMEIROS SINDICATOS  
A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS LEIS TRABALHISTAS E SUA CONSOLIDAÇÃO  
POR QUE A PSICOLOGIA DEVE ESTUDAR O TRABALHO?

#### AULA 3

INTRODUÇÃO

CUIDAR DA SAÚDE DE QUEM TRABALHA É UM DIREITO SOCIAL  
ÁREA DA SAÚDE DO TRABALHADOR  
DESAFIOS NA PRÁTICA DA POLÍTICA DA SAÚDE DO TRABALHADOR  
SAÚDE DO TRABALHADOR: ASPECTOS PÚBLICOS

#### AULA 4

INTRODUÇÃO

CONCEITOS DE DOENÇA E SAÚDE  
FATORES CONDICIONANTES DA SAÚDE  
A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO PROFILÁTICO  
SAÚDE DO TRABALHADOR

#### AULA 5

INTRODUÇÃO

PREVIDÊNCIA SOCIAL  
MINISTÉRIO DO TRABALHO  
RESPONSABILIDADE DE EMPREGADORES E TRABALHADORES

#### AULA 6

INTRODUÇÃO

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO  
SOFRIMENTO NO TRABALHO  
INVESTIGAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE  
PRINCIPAIS DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

### BIBLIOGRAFIAS

- MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. In: WOOD, T. (Org.). Gestão empresarial: o fator humano. São Paulo: Atlas, 2002.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010.

- PÉREZ, J.; BÁRBARA, A. J. O conceito de liberdade nas teorias políticas de Kant, Hegel e Marx. In: BORON, A. A. (Org.). Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

